



CONGRESSO NACIONAL
CAMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025
(à MPV 1304/2025)

Dê-se nova redação à ementa; e acrescente-se art. 5º-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.”

“**Art. 5º-1.** A Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 8º-A.** *O orçamento das agências reguladoras federais fica protegido contra contingenciamentos e bloqueios, observadas as regras deste artigo.*

§ 1º *O Poder Executivo somente poderá reduzir o orçamento aprovado para as agências reguladoras federais no exercício seguinte se:*

I – *houver sobra orçamentária comprovada no exercício anterior; e*



II – a redução não exceder o valor da sobra apurada, corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, considera-se sobra orçamentária a diferença positiva entre o orçamento aprovado e o efetivamente executado pela agência no exercício anterior.

§ 3º *Alternativamente ao critério do § 1º, o orçamento das agências reguladoras federais não poderá ser reduzido abaixo do valor executado no exercício anterior, corrigido pelo IPCA, acrescido de 5% (cinco por cento) para atender ao crescimento vegetativo das atividades.*

§ 4º É vedado o contingenciamento ou bloqueio de recursos orçamentários das agências reguladoras federais durante o exercício financeiro, salvo nas seguintes hipóteses:

I – *decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional;*

II – *necessidade de cumprimento da meta fiscal, limitado a redução a 10% (dez por cento) do orçamento aprovado;*

III – *determinação judicial específica.*

§ 5º *Os recursos provenientes de taxas de fiscalização e multas aplicadas pelas agências reguladoras federais não poderão ser contingenciados ou bloqueados*



em qualquer hipótese, devendo ser integralmente disponibilizados para as respectivas agências.

§ 6º As agências reguladoras federais deverão apresentar ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório detalhado sobre a execução orçamentária do exercício anterior, incluindo:

I – demonstrativo da aplicação dos recursos por programa e ação;

II – indicadores de desempenho e resultados alcançados;

III – justificativa para eventuais sobras orçamentárias;

IV – proposta orçamentária para o exercício seguinte.

§ 7º O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE ORÇAMENTÁRIA



As agências reguladoras federais enfrentam uma crise orçamentária sem precedentes, que compromete gravemente sua capacidade de cumprir as funções constitucionais e legais. Dados oficiais indicam que o orçamento das agências, em valores corrigidos pela inflação, diminuiu de R\$ 6,4 bilhões em 2016 para R\$ 5,4 bilhões em 2025, representando uma redução de 65% em termos reais.

Esta situação é particularmente grave considerando que as agências reguladoras são responsáveis pela fiscalização de setores estratégicos da economia, incluindo energia elétrica, telecomunicações, petróleo e gás, transportes, saúde suplementar e saneamento. A redução orçamentária compromete a qualidade da regulação e pode gerar prejuízos bilionários para a economia.

No caso específico da ANEEL, o corte orçamentário anunciado em 2025 deixa a agência com apenas R\$ 117 milhões, menos da metade dos R\$ 240 milhões pleiteados. Esta redução forçará a agência a funcionar apenas até 14h todos os dias e reduzir drasticamente as atividades de fiscalização.

II. IMPACTOS DA CRISE ORÇAMENTÁRIA

A redução orçamentária das agências reguladoras produz impactos negativos em toda a economia:



Redução da Fiscalização: Menor capacidade de fiscalizar concessionárias e prestadores de serviços, comprometendo a qualidade dos serviços.

Atraso em Processos: Demora na análise de processos regulatórios, prejudicando investimentos e inovação.

Perda de Capacidade Técnica: Dificuldade para contratar e manter profissionais qualificados.

Comprometimento da Autonomia: Dependência excessiva do Poder Executivo compromete a autonomia regulatória.

Prejuízos aos Consumidores: Redução da proteção aos consumidores e usuários de serviços públicos.

III. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS

A blindagem orçamentária das agências reguladoras encontra sólido fundamento constitucional:

Princípio da Autonomia: As agências reguladoras foram criadas como autarquias especiais com autonomia administrativa e financeira.

Separação de Poderes: A autonomia orçamentária é essencial para preservar a independência regulatória.



Princípio da Eficiência: O artigo 37 da Constituição Federal estabelece a eficiência como princípio da administração pública.

Continuidade do Serviço Público: A regulação adequada é essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos.

IV. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Diversos países adotam mecanismos de proteção orçamentária para agências reguladoras:

Estados Unidos: As independent regulatory agencies possuem orçamentos protegidos, com recursos garantidos por lei.

Reino Unido: O Ofgem e outras agências possuem autonomia orçamentária, com recursos provenientes de taxas setoriais.

Canadá: As agências reguladoras provinciais possuem orçamentos protegidos contra interferências políticas.

Austrália: O Australian Energy Regulator possui autonomia orçamentária garantida por lei.

França: A CRE e outras agências possuem recursos garantidos, com proteção contra contingenciamentos.



V. ANÁLISE DOS MECANISMOS PROPOSTOS

A proposta estabelece múltiplos mecanismos de proteção orçamentária:

Critério da Sobra: Permite redução apenas quando há sobra comprovada, incentivando execução eficiente.

Critério do Valor Executado: Garante piso mínimo baseado na execução anterior, com crescimento vegetativo.

Proteção contra Contingenciamento: Limita drasticamente as possibilidades de bloqueio durante o exercício.

Proteção das Receitas Próprias: Garante que taxas e multas sejam integralmente disponibilizadas.

VI. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA

A proteção orçamentária das agências é economicamente justificada:

Custo-Benefício: O custo das agências é inferior a 0,1% do PIB, mas regulam setores que representam mais de 20% do PIB.

Prevenção de Prejuízos: Regulação adequada previne prejuízos bilionários causados por falhas regulatórias.



Eficiência Econômica: Agências bem financiadas promovem maior eficiência nos setores regulados.

Segurança Jurídica: Orçamento estável aumenta a segurança jurídica e atrai investimentos.

VII. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

A proposta estabelece mecanismos robustos de transparência:

Relatórios Anuais: Prestação de contas detalhada ao Congresso Nacional.

Indicadores de Desempenho: Avaliação da eficiência na aplicação dos recursos.

Justificativa de Sobras: Explicação para recursos não utilizados.

Controle Social: Publicidade dos relatórios permite controle pela sociedade.

VIII. EXCEÇÕES JUSTIFICADAS

A proposta prevê exceções limitadas e justificadas:

Calamidade Pública: Situações excepcionais que afetam toda a administração pública.



Meta Fiscal: Limitada a 10% para preservar a capacidade operacional mínima.

Determinação Judicial: Respeito ao Poder Judiciário

IX. IMPACTOS SETORIAIS

A blindagem orçamentária produzirá impactos positivos em todos os setores regulados:

Setor Elétrico: Melhoria da fiscalização e qualidade dos serviços.

Telecomunicações: Maior eficiência na regulação e proteção aos consumidores.

Petróleo e Gás: Fortalecimento da regulação e segurança energética.

Transportes: Melhoria da qualidade e segurança dos serviços.

X. ASPECTOS JURÍDICOS

A proposta está fundamentada em princípios jurídicos sólidos:

Constitucionalidade: Alinhada com o princípio da autonomia das autarquias especiais.



Legalidade: Detalhamento de princípios já estabelecidos na legislação.

Proporcionalidade: Proteção proporcional à importância das funções regulatórias.

Razoabilidade: Mecanismos razoáveis de proteção e controle.

XI. VIABILIDADE FISCAL

A proposta é fiscalmente viável:

Impacto Limitado: O orçamento das agências representa menos de 0,2% do orçamento federal.

Autofinanciamento: Muitas agências são autofinanciadas por taxas setoriais.

Retorno Econômico: Regulação eficiente gera retorno superior ao investimento.

Sustentabilidade: Mecanismos garantem sustentabilidade de longo prazo.

XII. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

A proposta pode ser implementada imediatamente:

Aplicação Imediata: Proteção contra novos contingenciamentos.



Transição Gradual: Adequação dos orçamentos ao longo de dois exercícios.

Monitoramento: Acompanhamento da implementação pelos órgãos de controle.

XIII. CONCLUSÃO

A presente emenda representa uma medida fundamental para preservar a autonomia e eficiência das agências reguladoras federais. A blindagem orçamentária é essencial para garantir que estas instituições possam cumprir adequadamente suas funções constitucionais e legais.

A crise orçamentária atual compromete gravemente a qualidade da regulação e pode gerar prejuízos bilionários para a economia brasileira. A implementação da blindagem orçamentária fortalecerá a regulação, protegerá os consumidores e promoverá maior eficiência nos setores regulados.

A medida está alinhada com as melhores práticas internacionais e com os princípios constitucionais da autonomia e eficiência. A viabilidade técnica, jurídica e econômica da proposta é amplamente demonstrada, justificando sua inclusão na Medida Provisória nº 1304/2025 como medida essencial para o fortalecimento do Estado regulador brasileiro.



Sala da comissão, 17 de julho de 2025.

Deputado Hugo Leal
(PSD - RJ)
2º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251435806800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal

